

AS CONSEQUÊNCIAS DO DIVÓRCIO DOS PAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO INFANTIL: contribuição da abordagem cognitivo-comportamental

Neiva Soares de Almeida Melo¹

Mariana Morais Miccione²

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi descrever as consequências que o divórcio dos pais ocasionam no desenvolvimento familiar, escolar e social da criança e apresentar técnicas sob a concepção da abordagem cognitivo-comportamental. O método utilizado foi da revisão bibliográfica baseada em artigos científicos que abordam o tema publicado no período de 2000 até 2013. Foi possível verificar que o trabalho do terapeuta na psicoterapia cognitivo-comportamental infantil com crianças de pais divorciados se estende aos familiares e à escola, utilizando-se técnicas que busquem diminuir o sintoma apresentado pela criança, por meio de atividades lúdicas, desenhos, técnica de role-play e intervenções com seus pares. Portanto, os processos envolvidos no desenvolvimento da criança, mais precisamente, aos aspectos de cunho afetivo, escolar e social se relacionam ao impacto do conflito conjugal nos processos cognitivos e relacionais da criança.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Infantil. Divórcio. Abordagem Cognitiva Comportamental. Pais.

1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho pretendeu descrever como objetivo primário, as consequências que o divórcio dos pais ocasionam no desenvolvimento familiar, escolar e social da criança, e apresentar técnicas sob a concepção da abordagem cognitivo-comportamental como o seu objetivo secundário.

¹ Graduanda em Psicologia da Faculdade Estácio Seama. e-mail: gutamelo_ap@hotmail.com.

² Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento/Universidade Federal do Pará. Docente em Psicologia na Faculdade Estácio Seama. e-mail: marianamiccione@yahoo.com.br.

Para algumas crianças o divórcio foi um acontecimento terrível, pois experimentaram medo do abandono e acreditavam que um dos pais ao deixar a casa a deixariam também, elas passaram a apresentar receio de ser abandonada pelos pais. Para outras crianças significou alívio onde vivenciavam conflitos constantes e acabavam inevitavelmente ficando no meio, de modo que incumbia aos pais declarar a trégua. Essa situação pode ser vista como evento negativo ou positivo e é muito relativo de uma criança para outra.

De acordo com Papalia e Feldman (2006), a criança é capaz de conviver com o divórcio dos pais e cada criança entende o divórcio de forma diferente, desse modo:

Ao avaliar os efeitos do divórcio precisamos examinar circunstâncias específicas. Às vezes o divórcio pode melhorar a situação de uma criança, reduzindo a quantidade de conflito na família, e às vezes não. As características pessoais das crianças fazem diferença; crianças inteligentes e socialmente competentes sem graves problemas de comportamento, que possuem um senso de controle sobre suas vidas, podem lidar melhor tanto com o conflito entre os pais como com seu divórcio (PAPALIA e FELDMAN 2006, p.411).

Barreto (2013) considera que o divórcio dos pais é um fato crucial no desenvolvimento da criança. Muitas crianças vivem com o medo do divórcio dos pais, seja esse medo realista ou não, porém, para elas é uma perda irreparável durante o processo do divórcio, a criança sente que perdeu o controle sobre seu mundo, com isso, a autoria concatena que:

Embora o divórcio possa ser a melhor solução para um relacionamento familiar destruído e para oferecer à criança a saída de um ambiente de estresse, bem como a oportunidade para o crescimento pessoal, a maioria das crianças experimenta a transição do divórcio como dolorosa. Mesmo as crianças que mais tarde estarão aptas a reconhecer que a separação teve resultados construtivos, inicialmente terão suportado um considerável sofrimento com o rompimento da família. As primeiras respostas mais comuns das crianças ao divórcio são a raiva, o medo, a depressão e a culpa que persistem em geral até por volta de um ano após a separação é quando começa a emergir a redução da tensão e uma crescente ponderança de bem-estar.(BARRETO, 2013, pg.39).

Um dos maiores desafios para pais que se divorciam é em optar por agir de forma mais favorável para a criança, mesmo magoado, frustrados um com o outro. Relativamente às condições de vida, a mudança de casa e escola é muito complexa, principalmente se a criança apresentar dificuldades sociais, de aprendizagem ou de atenção. Segundo Bee e Boyd (2011), “É importante lembrar que o divórcio não é

uma variável unitária; as crianças são provavelmente afetadas por umas quantidades de fatores relacionados ao divórcio: conflito parental, pobreza, rupturas da rotina diária, e assim por diante” (p.378).

A criança que convive em uma atmosfera de hostilidade, pode se tornar vulnerável, rancorosa ou passar a ter medo de brigas de ficar só e outros tipos de comportamentos. Quando ela percebe que seus pais irão se separar, podem ocorrer manifestações somáticas de ansiedade, como dor abdominal, dor de cabeça, náusea e vômitos. Conforme Castilho; Recondo; Asbahr e Manfro (2000), “Esses sintomas prejudicam a autonomia da criança, restringem a sua vida e seus interesses, ocasionando um grande estresse pessoal e familiar. Sentem-se humilhadas e medrosas, resultando em baixa autoestima e podendo evoluir para um transtorno do humor” (p. 21).

O divórcio dos pais tem influência no desenvolvimento infantil, sobre a maneira como se manifestam os medos e as preocupações, sejam normais ou patológicas e a criança pode apresentar diversos tipos de ansiedade. Diferente dos adultos, as crianças podem não reconhecer seus medos como exagerados ou irracionais. A Psicoterapia Cognitivo - Comportamental Infantil tende desenvolver na criança meios para que ela possa lidar com o mundo a sua volta de forma saudável. Segundo Frassetto e Bakos (2010), o compromisso da psicoterapia é ajudar a família interagir e a participar de todos os processos pelo qual a criança está enfrentando, assim sendo:

A psicoterapia com crianças tem em comum com a psicoterapia com adultos os objetivos de propiciar, ensinar ou desenvolver habilidades e competências que lhe permitam não apenas obter o alívio do sofrimento, como também retomar a normalidade da vida saudável. No entanto, diferentemente da psicoterapia com adultos, a psicoterapia com crianças implica dois tipos distintos, embora interdependentes, de atuação do terapeuta: a intervenção realizada diretamente com a criança e a intervenção realizada com os pais ou com a família (FRASSETTO e BAKOS, 2010, p. 157).

Assim, a Terapia Cognitivo-Comportamental infantil, apesar de ter o mesmo objetivo na terapia com adultos, possui tipos de atuações diferentes quando se trata de modalidades de intervenção, pois, não se dá somente com a criança – cliente, mas também, com os seus pares, com pais, família, escola e etc.

Nesse propósito como foi descrito, apresenta-se este estudo como resultado de uma pesquisa bibliográfico que teve como objetivo primário descrever as consequências que o divórcio dos pais ocasiona no desenvolvimento familiar,

escolar e social da criança e apresentar as técnicas sob a concepção da abordagem Cognitivo-Comportamental.

Com base nisto, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre Divórcio dos Pais, na perspectiva Cognitivo – Comportamental e Desenvolvimento Infantil, a fim de se chegar a um possível resultado em relação ao tema apresentado. Torna-se necessário o presente estudo, na medida em que pouco se tem divulgado sobre as consequências que o divórcio dos pais ocasiona no desenvolvimento familiar, escolar e social da criança na concepção da abordagem Cognitivo-Comportamental, e pelas estatísticas que evidenciam o aumento dos divórcios e as consequências vividas pelas crianças.

Diante do que foi exposto, levantou-se a seguinte problemática: De como a consequência dos pais por ocasião do divórcio reflete no desenvolvimento da criança?

Este trabalho está organizado em cinco sessões. A primeira sessão apresenta o tema e os objetivos do estudo através da introdução. A segunda sessão exhibe o método adotado que consiste no de revisão bibliográfica. Já a terceira, está dividida em subseções na qual expõem a revisão da literatura. A quarta mostra os resultados do estudo, concomitantemente à análise e discussão dos resultados e conceitos referentes à pesquisa. Por fim, as conclusões obtidas a respeito do estudo, na quinta sessão.

2 - METODOLOGIA

O presente artigo utilizou como metodologia a pesquisa bibliográfica. Gil (2007) enfatiza que a revisão bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos, revistas, teses e dissertações.

Foram pesquisados artigos científicos em bancos de dados eletrônicos Google Acadêmico, *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), que fazem parte do portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC). O PePSIC é uma fonte da Biblioteca Virtual em Saúde–Psicologia da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (BVS-Psi ULAPSI). Também foram acessados as bases da Literatura Latino - Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), CAPES, Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, site de

universidades nacionais e internacionais e livros que abordaram a temática disponível na biblioteca da instituição de ensino superior.

Os conteúdos e palavras-chave consultadas para as pesquisas foram: criança em desenvolvimento, desenvolvimento infantil, escola, aprendizagem, divórcio, abordagem Cognitivo-Comportamental e técnicas de terapia cognitiva. Foram acessados 26 artigos e utilizados no trabalho a totalidade de seis artigos, sete livros e três revistas que, após serem lidos, foram fichados e organizados, facilitando o entendimento e o manejo dos mesmos.

Após a coleta de dados da pesquisa, houve a análise dos dados de forma qualitativa a partir de uma síntese integradora dos conteúdos coletados no estudo que ocorreu simultaneamente ao processo de coleta de dados, se elaborando fichamentos e resumos sobre os artigos, teses, dissertações, monografias e livros lidos. Porém, Martins (2011), pontua que a análise qualitativa não é a última fase do processo de pesquisa, ela é periódica ou concomitante à coleta de dados, por isso o processo de análise é metódico e compreensivo, mas não rígido. Concomitantemente com a análise dos conteúdos, foi efetuada ainda, a compreensão do mesmo, procurando relacionar todos os fragmentos selecionados com os objetivos do estudo.

Assim, os resultados dos estudos foram explicitados concomitantemente à análise e discussão dos resultados e conceitos como divórcio dos pais e a criança, desenvolvimento infantil, e contribuição da abordagem cognitivo comportamental referentes à pesquisa, tendo como base o material selecionado, a fim de suscitar hipóteses ou explicações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas, assim como, contribuição para análise futura dos dados obtidos. Em sequência serão abordados, os referentes conceitos para o referencial teórico, os resultados e discussão e conclusões a respeito do estudo bibliográfico.

3 - O DIVÓRCIO DOS PAIS E A CRIANÇA

O divórcio é compreendido como o final de um relacionamento marital, onde há muitos sentimentos pessoais envolvidos, pois o divórcio sofre influências e reflexos de todos os que fazem parte desse contexto, especialmente quando há criança, e a separação tem início exatamente quando não há possibilidade do casal viver mais juntos e torna-se um processo lento para que cause menos danos à

família, estando ambos abalados emocionalmente. Portanto, o divórcio abrange certo receio em relação ao novo mundo que os envolvidos terão que enfrentar, fazendo-se surgir um turbilhão de emoções que torna a vida dos envolvidos mais tensa.

A esse respeito, Lamela, Figueiredo e Bastos (2008), tratam:

O divórcio é um evento que pode funcionar como um marcador desenvolvimental para mudanças positivas e negativas nos percursos de vida dos adultos que o experienciam [...] Concomitantemente, tendo como referência o adulto divorciado como pai e membro de uma família, e utilizando uma matriz sistêmica, o divórcio é responsável por profundas alterações no sistema familiar, obrigando os seus subsistemas a proceder a reorganizações estruturais. A dissolução conjugal é um evento *stressor* do sistema familiar, sendo que a capacidade de absorção do seu impacto sistêmico e a qualidade do funcionamento adaptativo dos filhos estão dependentes das características do sistema familiar durante o casamento (p.12-13).

Sendo assim, no período inicial do divórcio é mais comum surgirem nos filhos problemas, preocupações e sintomas. Diante da separação, Souza e Ramires (2006), “os filhos têm que enfrentar o medo de também serem separados: perder o contato com uma das figuras parentais. Serem, de fato, abandonados”(p.199).

Nesse contexto, Papalia *et al* (2006), faz-se importante enfatizar que o número de divórcio triplicou desde 1960, mais de um milhão de crianças são envolvidas todos os anos. Assim, é cada vez mais comum encontrar crianças que dividem seu tempo entre a casa da mãe e a do pai.

O conflito conjugal prejudica as crianças mais do que o divórcio, que as crianças adaptam-se melhor quando criadas com um genitor solteiro em um lar harmonioso do que em um lar com ambos os pais marcados pelas discórdias e pelo descontentamento (Papalia *et al* 2006, p.411).

Como pode ser visto, o divórcio é o período de maior turbulência, em uma crise familiar nervosa acarretando desequilíbrio emocional principalmente nas crianças devido a sua imaturidade por não se encontrarem preparadas para compreender a complexidade desse acontecimento. Com isso, Bee e Boyd (2011), pontuam que “nos primeiros anos após um divórcio, as crianças tipicamente apresentam declínios no desempenho escolar e mostram comportamento mais agressivo, desafiador, negativo ou deprimido” (p.378 - 379).

Entretanto, Souza e Ramires (2006), salientam que o divórcio é um processo de crise e ruptura no qual a família busca novas respostas e que isso não pode ser confundido com problemas de ajustamento ou de saúde mental. As autoras

confirmam que o período envolve tensão e sofrimento, porém, em longo prazo, os efeitos negativos não são tão frequentes como supunham. As autoras também enfatizam que nem sempre a separação reduz o conflito conjugal.

Em relação a isso, Lamela, Figueiredo e Bastos (2008), apontam que:

Os adultos divorciados reportam mais *distress* psicofisiológico, perdas acentuadas na segurança econômica e financeira e no suporte social, alterações depreciativas na percepção do *self* e desestabilização emocional nos sistemas de procura e prestação de cuidados (p.13).

Sendo assim, o divórcio abrange certo receio em relação ao novo mundo que os envolvidos terão que enfrentar, faz surgir um turbilhão de emoções que torna a vida de um ou de outro ainda mais tenso. Nesse sentido, o divórcio torna-se traumático para crianças, mesmo que elas não sejam capazes de compreender completamente suas implicações que tornam às vezes complexas, diante dessa situação é muito importante à atitude coesiva e equilibrada dos pais para evitar danos futuros que teriam um período impensável no desenvolvimento emocional na maioria das crianças.

Desse modo, a crise familiar é sentida pela criança como uma perda, por mais adaptada que ela esteja com a situação, ela vive numa mistura de sentimentos, pois, as crianças são muito sensíveis, espertas e atentas ao ambiente familiar, e percebem o clima de tensão ou de harmonia que é construído entre os pais. Para elas, é melhor ter pais separados e felizes, do que juntos torturando-se com brigas, choro e angústia. Neste caso, a criança de repente pode oscilar atribuindo a si mesma a responsabilidade pelo conflito ou atribuir aos pais, essas situações geram circunstâncias afetivas de culpa e de vergonha ou de raiva distinguida a um dos pais ou a ambos (CAMPOS, 2002).

No entanto, para Bee *et al* (2013), alguns efeitos negativos apresentados pelas criança surgiam bem antes do divórcio. Sendo assim a autoria enfatiza que:

Não pode haver muita dúvida de que o divórcio é traumático para as crianças. Entretanto, essa afirmação deve ser seguida por uma advertência. Alguns dos efeitos negativos do divórcio são devidos a fatores que estavam presentes antes do divórcio, tal como temperamento difícil na criança ou conflitos excessivo entre os pais (BEE *et al*, 2013, pg.378).

Assim, muitas crianças apresentam dificuldades em expressar os seus sentimentos acerca do que está acontecendo e mantendo-se aparentemente estáveis, o que leva os pais a subestimarem a situação de que a criança está bem, é fundamental que os pais tentem conduzir essa situação de maneira que as crianças

não sofram consequências traumatizantes, e que o ambiente familiar na presença da criança não seja tão desgastante. Isso não quer dizer que não existam crianças que superem relativamente bem o processo de divórcio dos pais, sem apresentarem sintomas de maior intensidade além da ausência de ambos. Em relação a isto, Campos *et al* (2002), destaca:

As atitudes dos pais de preparar a criança para a separação através de uma comunicação sincera, clara e objetiva do acontecimento e das possíveis consequências, ajudam à criança a reagir melhor a esse evento. Os cuidados realizados com atenção e carinho na preparação na época da separação valoriza a criança, o faz sentir-se amada, tranquila, confiante e protegida. A existência dos bons aspectos do vínculo entre os pais diminuem o impacto da separação nos filhos, por compartilhar a educação e o desenvolvimento infantil (p. 17).

Portanto, de acordo com o referido autor, o divórcio dos pais tem impacto de forma negativa no desenvolvimento das crianças, pois, muitas delas sofrem em nível psicológico devido às circunstâncias vivenciadas antes, durante e após o divórcio. Assim, Papalia *et al* (2006), aponta que esta questão psicológica não pode ser negligenciada por parte dos pais. Com isso, percebe-se que os problemas comportamentais ou emocionais que as crianças emitem podem provir de conflitos entre os pais, tanto antes quanto depois do divórcio, bem como da própria separação. Desta forma, o que desestabiliza emocionalmente uma criança não é o divórcio em si, mas, como esse é administrado e vivenciado pelo paciente, muito do humor das crianças depende do humor da atenção e das condições em que os pais se encontram, sentimentos de depressão e angústia intensa, relacionada a dúvidas e mudanças constantes.

4 - DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O desenvolvimento humano se subdivide em quatro aspectos: físico-motor, intelectual, afetivo-emocional e o social. Todos estes aspectos relacionam-se constantemente no desenvolvimento infantil, interferindo na forma como a criança percebe, compreende e se comporta diante da situação vivenciada.

Em relação ao desenvolvimento da criança, Papalia *et al* (2006), pontua que:

O desenvolvimento cognitivo ocorre em uma série de estágios qualitativamente diferentes. Em cada estágio, a mente da criança desenvolve um novo modo de operar. Da infância à adolescência, as operações mentais evoluem da aprendizagem baseada na simples atividade sensorio-motor ao pensamento lógico abstrato. Esse desenvolvimento gradual ocorre através de três princípios inter-relacionados: organização é a

tendência de criar estruturas cognitivas cada vez mais complexas; adaptação é o termo usado por Piaget para descrever como uma criança lida com novas informações que parecem conflitar o que ela já sabe e equilíbrio, um esforço constante para manter um balanço ou equilíbrio estável. (PAPALIA e FELDMAN *et al*, 2006, p.76).

O desenvolvimento infantil é um processo de crescimento e mudança do comportamento cognitivo e emocional da criança ao longo da vida. Assim, em cada fase surgem características específicas da idade, e todas as crianças com desenvolvimento dito normal podem atingir estas fases do ciclo de vida humano, sendo mais cedo ou mais tarde do que outras da mesma idade, sem falar, propriamente, de suas problemáticas.

Para Pereira, Amparo e Almeida (2006), a inteligência se desenvolve em uma sequência de estágios relacionados com a idade da criança.

Cada estágio do desenvolvimento da inteligência se caracteriza pelo surgimento de estruturas originais, cuja construção o distingue dos estágios anteriores. Porém, no decorrer dos estágios ulteriores, o essencial dessas construções sucessivas permanece como subestruturas, sobre as quais as novas características se constroem. São necessidades e interesses comuns a todas as idades (PEREIRA, AMPARO e ALMEIDA, 2006, p. 16).

Portanto, o desenvolvimento infantil é um processo contínuo em que a criança desenvolve a inteligência para o seu crescimento nos fatores sociais, cognitivos e também no familiar. A família tem muito a contribuir com o desenvolvimento da criança, pois tem o objetivo de proporcionar proteção, apoio e amparo para essas crianças. Este fator é oferecido quando esta vive em lar harmonioso juntamente com seus genitores e familiares, caso contrário, se este ambiente for conflituoso, a criança certamente apresentará dificuldades no período escolar, sendo estes relacionados ao divórcio dos pais.

Assim, ela apresenta-se de forma instável com oscilação de humor atribuindo-se a si mesmas as responsabilidades pelos conflitos dos pais. Com isso, o divórcio torna-se um período de crise familiar que acarreta desequilíbrio emocional principalmente nas crianças, pelo fato de sua imaturidade em não se encontrarem preparadas para compreender a complexidade do divórcio, e externalizam esses problemas na escola, apresentando declínios no desempenho escolar e mostram comportamento agressivo, desafiador, negativo ou deprimido (BEE *et al*, 2011).

Porém, a escola sozinha não é responsável pela promoção do desenvolvimento da personalidade, problemas e ou crescimentos da criança, mas pelo papel complementar junto à família, pois, por mais que a escola propicie uma

harmonia familiar à criança, mesmo assim, esta é só a escola, e não a sua casa e nem os seus pais, e sim, apenas seus professores. Desse modo, a criança em idade escolar é capaz de compreender melhor a situação acerca do divórcio dos pais e a reagir com tristeza, sentimentos de perda ou diminuição do rendimento escolar.

Assim como, pode apresentar comportamentos desajustados e pensamentos disfuncionais em relação a sua vida perante as mudanças sociais e familiares enfrentadas como consequência do divórcio de seus pais, como mudança de casa, separação dos irmãos, familiares, mudança de rotina e etc. Dessa forma, faz-se importante destacar que uma infância saudável é essencial para o desenvolvimento pleno da criança e de um adulto, pois, perante mudanças sociais e familiares que as crianças de pais divorciados enfrentam, é essencial que o adulto esteja atento às necessidades psicológicas das crianças para tentar amenizar a situação.

Pois, em alguns casos de divórcio dos pais, a criança passa a desenvolver transtorno de ansiedade infantil, assim, Castillo (2000), destaca que:

A causa dos transtornos ansiosos infantis é muitas vezes desconhecida e provavelmente multifatorial, incluindo fatores hereditários e ambientais diversos, como neste caso, o divórcio do pais. O transtorno de ansiedade de separação é caracterizado por ansiedade excessiva em relação ao afastamento dos pais ou seus substitutos, não adequada ao nível de desenvolvimento, que persiste por, no mínimo, quatro semanas, causando sofrimento intenso e prejuízos significativos em diferentes áreas da vida da criança ou adolescente, pois, crianças, o desenvolvimento emocional influi sobre as causas e a maneira como se manifestam os medos e as preocupações tanto normais quanto patológicos. Diferentemente dos adultos, crianças podem não reconhecer seus medos como exagerados ou irracionais, especialmente as menores. A ansiedade e o medo passam a ser reconhecidos como patológicos quando são exagerados, desproporcionais em relação ao estímulo, ou qualitativamente diversos do que se observa como norma naquela faixa etária e interferem com a qualidade de vida, o conforto emocional ou o desempenho diário do indivíduo (p. 01).

Diante disso, o processo terapêutico é um grande aliado no resgate da saúde mental das crianças e das relações de afeto entre pais e filhos, ajudando-os a falar sobre seus medos e angústias, seus desejos, pensamentos e sentimentos, assim como torna possível que o terapeuta observe seus comportamentos e desenvolva na criança novos modelos de habilidades comportamentais.

Assim, como a criança é estimulada a reconhecer suas emoções e identificar sua relação com seus pensamentos, a psicoterapia com crianças torna-se uma tarefa bastante difícil, pelo fato de esse processo ser nela algo que requer um trabalho cognitivo muitas vezes difícil de ser obtido, pelo fato de esta estar em desenvolvimento infantil ainda de suas cognições. Desta forma, diferentes manejos

são exigidos por parte do terapeuta para ajuda-las a lidar com a situação de divórcio dos pais.

5 - AS CONSEQUÊNCIAS DO DIVÓRCIO DOS PAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO INFANTIL: contribuição da abordagem cognitivo-comportamental

O trabalho do terapeuta na psicoterapia cognitivo - comportamental infantil com crianças de pais divorciados se estende aos familiares e à escola, utilizando técnicas que busquem diminuir o sintoma apresentado pela criança, com a utilização de atividades lúdicas, desenhos, técnica de *role-play* e intervenções com os pais e colégio. Com isto, o terapeuta busca entender como interagem na vida de seu cliente três fatores em particular: o comportamento, que se caracteriza no o que o cliente em questão faz e como ele (a) o faz; as cognições que se definem no o que como a pessoa pensa e sente; e por fim, as condições ambientais, que se baseiam em como o ambiente no qual o cliente vive se estrutura e se organiza (SOUZA e BAPTISTA, 2001).

Para tais procedimentos Souza e Baptista (2001), enfatizam que a TCC com crianças utiliza recursos que envolvem entrevistas com os pais, observação da criança na sessão, em casa e/ou na escola, uso de desenhos e atividades lúdicas, leituras, inventários de atividades diárias e monitoramento dos comportamentos e pensamentos disfuncionais desta. Em relação a isso, Frasseto e Bakos (2010), pontuam que a psicoterapia com crianças tem em comum com a psicoterapia com adultos os objetivos de proporcionar, ensinar ou desenvolver habilidades e competências que lhe permitam não apenas obter o alívio do seu sofrimento, mas também, de retomar a normalidade de uma vida saudável. A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) infantil no tratamento de crianças com pais divorciados, favorece o relato verbal da criança, a fim de atribuir força à relação de interação entre terapeuta e a mesma, neste caso a paciente em questão.

Compreende-se que tais técnicas têm como o objetivo acessar as emoções e representações cognitivas da paciente, relacionadas à separação dos pais e as pessoas presentes em sua rotina e avaliar seus esquemas cognitivos em processo de construção e/ou consolidação, assim como psicoeducar a paciente quanto ao problema apresentado. Assim, o divórcio pode melhorar a situação de uma criança,

reduzindo a quantidade de conflito na família, e outras vezes não, conforme pontuam Frassetto e Bakos (2010):

[...] as crianças provenientes de lares em que há discórdia usualmente se ressentem e mudam seus padrões de interação, comportando-se de forma desajustada. Isso acontece porque os pais experimentam sentimentos de desconforto, e, em virtude disso, não dispõem de tempo para os filhos, ou porque, em função de suas dificuldades, trocam seus antigos padrões amigáveis de interação com os filhos por um novo padrão disfuncional [...] (p. 170).

Os diversos autores deste estudo são unânimes em afirmar que o divórcio pode trazer consequências negativas para o desenvolvimento familiar, escolar e social da criança de pais divorciados, como acarretando desequilíbrio emocional devido a imaturidade por não se encontrarem preparada para compreender esse acontecimento, diminuição do rendimento escolar, e agir com tristeza. Desta maneira, para algumas crianças o divórcio é um acontecimento que traz consequências negativas, pois, estas presenciaram a sensação de medo e desamparo, por acreditarem que seriam abandonadas por seus genitores. Já que, um dos pais deixa a casa a deixariam também, elas passaram a apresentar receio de ser abandonada pelos pais. Para outras crianças significou alívio onde vivenciavam conflitos constantes e acabavam inevitavelmente ficando no meio, de modo que incumbia aos pais declarar a trégua. Essa situação pode ser visto como evento negativo ou positivo e é muito relativo de uma criança para outra.

No entanto, as crianças que apresentam problemas em seu desenvolvimento no âmbito familiar, escolar e social com o divórcio dos pais, se mostram com medo, depressivas, e até com raiva de modo em geral, sendo isto por volta de um ano após a separação de seus genitores. Essas são as primeiras respostas mais comuns das crianças frente ao divórcio dos pais. Bem como, a mudança em seus padrões de interação, comportando-se de forma desajustada, e com reação de tristeza, sentimentos de perda e ou diminuição do rendimento escolar. Posteriormente a essa fase, ocorre a diminuição desses sentimentos e começam a surgir o bem estar físico e psicológico (BARRETO, 2013).

Em relação a isto, Silves e Souza (2008), concatenam que as crianças provenientes de lares em que há discórdia usualmente se ressentem e mudam seus padrões de interação, comportando-se de forma desajustada como ficar sozinhas em ambientes com muitas pessoas, se mostram com medo, inseguras e depressivas, tornando-se assim, vulneráveis à situação, rancorosas e entre outros

tipos de comportamentos. Isso acontece por conta de os pais experimentarem sentimentos de desconforto que deriva do divórcio, e em virtude disso, não dispõem de tempo para os filhos, ou porque, em função de suas dificuldades, trocam seus antigos padrões amigáveis de interação com os filhos por um novo padrão disfuncional, ou porque não se dão conta de seus papéis.

Por outro lado, Papalia e Feldman (2006), destacam que crianças que possuem características pessoais como inteligência facilmente sociáveis, sem graves problemas de comportamento, e que possuem um senso de controle sobre suas vidas, se apresentam de forma diferenciada e podem lidar melhor tanto com o conflito entre os pais, tanto como o divórcio entre eles. Se for levada em consideração a ideia do autor, percebe-se que a criança é um ser capaz de conviver e habituar-se ao divórcio dos pais, de forma com que este seja compreensível para ela e que passe a entender o divórcio de uma maneira diferente, agora, de forma aceitável e já não mais com uma configuração tão dolorosa.

Nesse sentido, compreende-se que, essa situação se dá de maneira diferente de uma criança para outra, e, nesses casos, o divórcio pode vir como um ponto positivo, trazendo bem estar e melhoria na vida de uma criança, reduzindo assim, a quantidade de conflito na família.

Dessa forma, se compreende que ele se torna a melhor solução para obtenção e reconstrução de um relacionamento familiar saudável já destruído, além do mais, uma solução para proporcionar à criança a saída de um ambiente de estresse, bem como, a oportunidade para o seu crescimento pessoal e social.

Contraopondo-se à tais colocações, Campos (2002), ressalta que a crise familiar é sentida pela criança como uma perda, na qual ela chega a vivenciar até o luto, por pensar que perdeu um membro familiar, e por mais que ela esteja adaptada com a situação, vive uma mistura de sentimentos, pois, são sensíveis, espertas e atentas ao ambiente familiar, percebendo o clima de tensão ou de harmonia entre seus pais. Por isso, segundo essa autoria, o divórcio vem a ser um fator decisivo no desenvolvimento familiar, escolar e social da criança, pois, muitas delas convivem com o medo do divórcio de seus genitores, e este se torna constante, sendo considerado como uma perda irreparável para ela. Com isso, a terapia cognitivo comportamental utiliza técnicas que podem ser trabalhadas com crianças que vivenciam essa realidade, como a utilização de desenhos, a realização de atividades de *role-play*, execução de jogos, leitura de livros, e baralho das emoções.

Na prática clínica, o fantasiar propiciado através do role-play de acordo com Caballo (2008), é um recurso que o psicólogo da abordagem cognitivo-comportamental pode utilizar ao trabalhar com crianças, uma vez que motiva a emissão de comportamentos publicamente observáveis e o relato verbal de eventos privados, a fim de demonstrar quais expressões de sentimentos à criança tem sobre o assunto que é trazido para a psicoterapia.

Durante a terapia, o atendimento é feito de maneira delicada e lúdica onde a criança pode se sentir à vontade com atividades adaptadas para sua faixa etária. As sessões são oportunidades para que ela fale de seus medos, seus desejos, pensamentos e sentimentos sendo estes distorcidos ou não, assim como torna possível que o terapeuta observe seus comportamentos e desenvolva na criança novas habilidades comportamentais na medida em que são trabalhados a expressão dos sentimentos, como, por exemplo, os conteúdos de raiva, medo e etc. Tais conteúdos aparecem de forma progressiva nos desenhos, e dão auxílio ao trabalho do terapeuta na intervenção com a criança na reestruturação dos pensamentos disfuncionais relacionados ao divórcio dos pais. Com isso, o terapeuta proporciona uma experiência emocional corretiva e educativa ao permitir que a criança expresse seus sentimentos com relação ao divórcio dos pais (SOUZA e BAPTISTA, 2001).

Deste modo, a criança é estimulada a reconhecer suas emoções e a identificar sua relação com seus pensamentos disfuncionais, nesse caso, de acordo com Frasseto e Bakos (2010), a psicoterapia com crianças é considerada uma tarefa bastante difícil, uma vez que a identificação de pensamentos e emoções é algo que requer um trabalho cognitivo muitas vezes difícil de ser obtido pela criança. Nesse contexto, diferentes manejos são exigidos por parte do terapeuta, como a utilização da forma lúdica através de brincadeiras e objetos que proporcionem a criança a expor seus pensamentos e comportamentos.

Assim, este processo é realizado pelo terapeuta através de atividade lúdicas como desenhar, jogar e imaginar situações, com a utilização de bonecos, e entre outros, para instigar o paciente a acessar suas emoções e representações cognitivas relacionadas à separação dos pais e as pessoas presentes em sua rotina, e avaliar seus esquemas cognitivos em processo de construção e/ou consolidação, assim como psicoeducar a paciente quanto ao problema apresentado, principalmente junto aos pais para caracterizar uma situação natural para a criança e um ambiente livre de repressão a onde essa possa expressar todos os seus

sentimentos, ideias e cognições a respeito do assunto, abordado os familiares e todos que fazem parte do sistema familiar da criança (SOUZA e BAPTISTA, 2001).

Além disso, ainda em concordância com a autoria, se faz necessário realizar avaliação psicológica e conceituação cognitiva através de entrevistas com os pais e todos envolvidos na rotina da criança, com o objetivo de estabelecer uma aliança terapêutica com os pais para um bom desfecho terapêutico com a criança, assim como com todos envolvidos no meio em que ela está inserida.

Nessa avaliação, o terapeuta procura estabelecer uma aliança terapêutica com os pais e a criança, para ocorrer bom desfecho terapêutico; acessar as emoções e representações cognitivas da paciente, relacionadas à separação dos pais; assim como tomar conhecimento dos pensamentos relacionados às interações com a mãe, com o pai e demais familiares envolvidos; procurará avaliar seus esquemas cognitivos em processo de construção e/ou consolidação e psicoeducar a paciente, familiares e terceiros envolvidos quanto ao problema e com relação ao modelo de tratamento, isso será feito principalmente com os pais (CAMINHA e CAMINHA, 2008).

A intervenção terapêutica é também realizada com os pais, através de práticas educativas parentais positivas. que trabalham o desenvolvimento e estabelecimento de limites como (*time out* e reforçamento diferencial); monitoramento positivo; treino de comunicação e expressão de afeto; interação social positiva; e promoção do comportamento moral, com o objetivo de orientação para a resolução dos problemas, reestruturação cognitiva, e trabalho com as emoções, no sentido de intervir nos esquemas cognitivos e emocionais que estavam sendo construídos a partir da interação do (a) paciente com a família e demais ambientes nos quais fazem parte; assim como, a prevenção de recaídas dos sintomas, e assim, o processo de acesso e modificação dos esquemas emocionais e cognitivos relacionados ao processo de separação é trabalhado, e as crianças podem aprender a lidar com a tristeza do divórcio (CABALLO, 2008).

CONCLUSÃO

Na realização deste estudo compreendeu-se as consequências do divórcio dos pais sobre o desenvolvimento infantil no âmbito familiar, escolar, e social, bem como, suas técnicas sob a concepção da abordagem cognitivo - comportamental.

Foi esclarecido as consequências do divórcio dos pais sobre o desenvolvimento infantil que ocorreu de maneira diferenciada de uma criança para a outra, pois, este fator torna-se dependente do sintoma apresentado pela criança e família, pelo fato de em algumas crianças haver o desenvolvimento da não aceitação do divórcio dos pais, e em outras não, ocorrendo o efeito contrário, bem como o sentimento de culpa e o de abandono e entre outros desenvolvimentos desses fatores.

Neste caso, quando a criança aceita o divórcio dos pais, este é visto por ela como algo positivo e que reestruturou o seu sistema familiar. O divórcio dos pais é um fator decisivo no desenvolvimento da criança, e muitas delas vivem com o medo do divórcio de seus genitores, seja este realista ou não, porém, para essas na qual sofrem com isso, torna-se uma perda irreparável (BARRETO, 2013).

Com isso, foram apontados, que a terapia cognitivo comportamental utiliza técnicas para lidar com este problema psíquico no desenvolvimento da criança. Sendo assim, faz-se importante enfatizar que o divórcio não anuncia o fim da família, e embora os pais tenham anulado o convívio com seu parceiro íntimo e solicitado o divórcio para se separar deste, ainda continuam a manter o seu papel de diáde parental e coparental como forma obrigatória por lei (LAMELA, FIGUEIREDO e BASTOS, 2008).

No entanto, o seu impacto nas relações familiares e desenvolvimentais das crianças podem ser prejudiciais e a criança pode emitir pensamentos disfuncionais de que ela culminou o divórcio dos pais, e a qualidade das interações dentro do sistema familiar irá decair, pois, esta é dependente do funcionamento e o bem-estar psicológico de cada um dos seus membros. Por isso, compete ao terapeuta utilizar técnicas na psicoterapia cognitivo comportamental no qual se estendem aos familiares e à escola. Entretanto, as relações que a criança estabelece com as pessoas próximas em sua vida são extremamente importantes no processo de aprendizagem, isto significa que para haverem mudanças comportamentais na criança, a família e as pessoas que a cercam também precisam mudar e ser atuantes nesse processo de mudança.

Durante esse processo os pais fazem parte do foco de intervenção e é sua tarefa observar as circunstâncias nas quais os comportamentos dos filhos ocorrem e as consequências dos mesmos, tentando fazer relações funcionais que serão discutidas com o terapeuta, assim como observar seu próprio comportamento e entender de que forma os pais podem estar contribuindo para a manutenção do

problema, para que esta criança consiga desenvolver habilidades e competências que lhe permitam não apenas obter o alívio do sofrimento, como também demonstrar seus afetos e cognições acerca do assunto para serem corrigidos e retomarem a normalidade de uma vida saudável (CAMINHA e CAMINHA, 2008).

Portanto, se faz necessário estudar sobre as consequências do divórcio dos pais no desenvolvimento infantil, e a finalidade de verificar se essas famílias têm favorecido de maneira saudável o desenvolvimento e bem estar dessas crianças, assim como, contribuir para um desenvolvimento de maneira saudável desse público que veem a sofrer ao longo de seu desenvolvimento humano. Bem como, criar clarificação das relações entre adaptação ao divórcio dessas crianças, vinculação e coparentalidade e contribuir no trabalho com crianças dos profissionais da área na visão da abordagem cognitivo comportamental, para estes se manterem atualizados sobre as mudanças que as crianças venham a sofrer ao longo de seu desenvolvimento acerca deste assunto.

Enfim, é fundamental se criar estudos a respeito do referido tema, para buscar suavizar e atenuar diminuir a situação de sofrimento psíquico vivenciada por crianças de pais divorciados em seu ambiente familiar, escolar e social, pois estas, de acordo com Frassetto e Bakos (2010), são provenientes de ambientes em que existem discórdia e conturbados padrões de interação, onde são fortes influenciadores para que as crianças emitam comportamentos de forma desajustada e pensamentos disfuncionais. Isso acontece pelo influenciador sentimentos de desconforto dos pais em virtude do divórcio, que não dispõem de tempo para os filhos, ou porque, em função de suas dificuldades, trocam seus antigos padrões amigáveis de comportamento e interação com os filhos por um novo padrão disfuncional, agora com conflitos.

Conclui-se que, a importância desse estudo e do trabalho com psicoterapia de crianças na abordagem cognitivo comportamental, torna-se fundamental por ser uma tarefa baseada em critérios científicos, uma vez que a identificação de pensamentos e emoções é algo que requer um trabalho cognitivo muitas vezes difícil de ser obtido pela criança.

Com relação a abordagem cognitivo comportamental com crianças, sua contribuição e técnicas se apresentam como parte necessária na intervenção da prática clínica. Quanto à psicoterapia com crianças, entende-se que esta implica dois tipos distintos e interdependentes de atuação do terapeuta, sendo estes: a

intervenção realizada diretamente com a criança, que consiste em dar voz a ela, com a utilização do lúdico, e a intervenção realizada com os pais ou com a família, para também levar em consideração no tratamento a ideia desse item que faz parte da vida da criança, uma vez que ela faz parte do meio, e ele deve ser considerado no tratamento do paciente para verificar a como é a sua relação com o sistema no qual a criança está inserida. No que se refere à intervenção com crianças, os estudos mostram que as consequências que o divórcio dos pais ocasionam no desenvolvimento familiar, escolar e social das crianças se dão de maneira diferente e de forma variada de uma criança para outra. Neste caso, as técnicas sobre a concepção da abordagem cognitivo-comportamental apresentadas são realizadas pelo terapeuta, através da utilização de atividades lúdicas como desenhos, jogos, imaginação de situações que possibilitem a criança a reestruturar o seu modelo de crenças e pensamentos disfuncionais.

**THE CONSEQUENCES OF DIVORCE PARENTS ON CHILD DEVELOPMENT:
contribution of cognitive-behavioral approach**

ABSTRACT

The parental divorce on children's behavior has a strong influence on school development, family contact and social interaction. From this perspective, children who experienced family conflicts caused by divorce probably developed some kind of personality marked by a state of anguish, anxiety, fear, etc. Within this process the children exhibit fear about the future guilt for his role (usually imaginary) in the cause of divorce heartache in relation to one of his parents left home. In this context, Cognitive-Behavioral Therapy uses techniques as a form of treatment is that it has shown greater efficacy and aims to restructure and correct distorted thinking. Thus, the aim of this study was to describe the consequences of parental divorce causes in the family, school and social development of the child and present techniques in the design of cognitive-behavioral approach. The method used was based on the literature review papers that address from 2000 until 2013 So, with readings performed was possible to verify that the work of the therapist in child cognitive-behavioral psychotherapy with children of divorced parents extends the family and the school, using techniques that seek to reduce the symptoms presented by the child, with the use of recreational activities, drawings, role-play technique and

interventions with parents and school. Therefore, the processes involved in human development of the child, more precisely, the aspects of emotional, educational and social nature relate to the impact of marital conflict on cognitive and relational processes of the child.

KEYWORDS: Child Development. Divorce. Cognitive Behavioral Approach.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARRETO, Fabíola. **Análise Psicológica do Divórcio: Uma perspectiva masculina. Monográfica não publicada.** Curso Grau de Licenciatura. Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. Cidade da Praia, Santiago Cabo Verde, 2013. Disponível

em: <<http://bdigital.cv.unipiaget.org:8080/jspui/bitstream/10964/441/1/Mono%20Fabio%20PSI-Clinica.pdf>> Acesso em: 25 de Abril de 2014.

BEE, Helen. BOYD, Denise. **A criança em desenvolvimento.** 12 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BECK, Aaron T.; KNAPP, Paulo. **Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva.** São Paulo: Revista Brasileira de Psiquiatria, 30, Supl II. p. s-54-64. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v30s2/a02v30s2.pdf>>. Acesso em: 25 de Abril de 2014.

CABALLO, Vicente, E. **Manual de Técnicas de Terapia e Modificação do Comportamento.** São Paulo. Editora: Santos, 2008.

CAMINHA, Renato Maiato. CAMINHA, Marina Gusmão. **Baralho das emoções: acessando a criança no trabalho clínico.** Porto Alegre: Sinopsys, 2008.

CAMPOS, Rosane. **Separação conjugal e a criança.** Monografia não publicada, Curso de Pós Graduação em Terapia de Família. Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.avm.edu.br/monopdf/3/ROSANE%20CAMPOS.pdf>> Acesso em: 25 de Abril de 2014.

CASTILLO, Ana. Regina. Et all. **Transtornos de ansiedade.** Revista Brasileira de Psiquiatria, 2000. Acesso em: 09 de Abril de 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-44462000000600006&script=sci_arttext

FRASSETTO, Silvana Soriano. BAKOS, Daniela. Di Giorgio. Schneider. **Terapia cognitivo - comportamental infantil em situação de separação conjugal: estudo de caso.** Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, 6,(1). , 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-56872010000100009&script=sci_abstract> Acesso em: 25 de Abril de 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar um projeto de Pesquisa.** 4a ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAMELA, Diogo; FIGUEIREDO, Bárbara, BASTOS, Alice. **Adaptação ao divórcio e relações coparentais: contributos da teoria da vinculação.** *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 2010, vol.23, n.3, pp. 562-574. ISSN 0102-7972. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v23n3/17.pdf>>.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso** / Gilberto de Andrade Martins, Alexandre Lintz. 2º. Ed. – 4º reimpr. – São Paulo: Atlas, 2011.

PEREIRA, Maria Ângela Camilo Marques. AMPARO, Deise Matos do. ALMEIDA, Sandra Francesca Conte de. **O Brincar e suas Relações com o Desenvolvimento.** Disponível em: <<http://twingo.ucb.br:8080/jspui/handle>> Acesso em: 25 de Abril de 2014.

PAPALIA, Diane E., OLDS, Sally W., FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano.** 8ª Ed. Artmed, 2006.

RAMIRES, V. R. R & SOUZA R. M. **Amor, casamento, família, divórcio e depois, segundo as crianças.** São Paulo: Summus; 2006.

SILVARES, Edwiges Ferreira de Matos. SOUZA, Carmen Lucia. **Discórdia conjugal: distúrbios psicológicos infantis e avaliação diagnóstica comportamental-cognitiva.** 2008, vol.10, n.1, pp. 200-213. ISSN 1516-3687. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-36872008000100015&script=sci_arttext> Acesso em: 25 de Abril de 2014.

SOUZA, C. R. & BAPTISTA, C. P. **Terapia cognitivo-comportamental com crianças.** Em: B. Rangé (Org.), *Psicoterapias cognitivo-comportamentais: um diálogo com a psiquiatria* (pp. 523-534). Porto Alegre: Artmed, 2001.